DIÁRIO DO GRANDE ABC

Publicado em 20/02/2023 - 07:47

Editorial - Uma decisão salomônica

editorial

Uma decisão salomônica

Revisão da Vida Toda. O controverso assunto previdenciário chegou, na semana passada, ao Supremo Tribunal Federal. A Advocacia-Geral da União pediu que a Corte determine a suspensão dos processos sobre o tema que tramitam nos tribunais do Brasil todo. A AGU diz que o governo federal precisa de tempo para cumprir a sentença do próprio STF, que, em dezembro passado, garantiu a retificação em favor dos aposentados. A solicitação acendeu a luz de alerta nos advogados do Ieprev (Instituto de Estudos Previdenciários), que veem tentativa de procrastinar direito adquirido. Este **Diário** entende que ambos os lados têm bons argumentos e recomenda aos ministros a necessária cautela na análise.

Embora os procuradores da União não se detenham sobre o tema, é inegável que a chamada Revisão da Vida Toda vai causar rombo monstruoso nas contas públicas, o que traria efeitos devastadores à economia. Cálculos do governo federal apontam que o Tesouro será obrigado a reservar R$ 360 bilhões em 15 anos para corrigir as eventuais distorções identificadas pelos tribunais nos valores dos benefícios. Isso não significa que os contribuintes não devam ser ressarcidos caso tenham sido lesados no momento em que suas aposentadorias foram definidas. Pede-se, todavia, que ambos os lados tenham responsabilidade na construção da solução mais adequada para a questão.

Se é legítimo o ponto de vista da entidade que defende os interesses dos beneficiários do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), não se pode considerar menores as preocupações da AGU. Afinal, será preciso buscar fontes de recursos para garantir o pagamento. Não é simples encontrar de onde tirar quase meio trilhão de reais. É essa espécie de decisão salomônica que os 11 ministros da Suprema Corte terão de tomar nos próximos meses. Haverá alegações autênticas e robustas de ambos os lados. Não será tarefa fácil. É por isso que, na hora da manifestação, os magistrados devem levar em consideração a defesa dos interesses coletivos do Brasil todo e não os individuais. A ver.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Opinião **Pagina:** 2

Copyright © Clipclap 2025.